

Desmascarada ação da direita contra o governo Lula

A descoberta da trama do subprocurador Santoro alivia a tensão no Palácio do Planalto, que reúne a tropa e segue em frente



José Dirceu: o alvo da direita

Forças da oposição conservadora, da direita e da grande mídia estão envolvidas numa armação para enfraquecer o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As fitas sobre o Caso Waldomiro Diniz foram parar de forma estranha nas mãos da revista *Época*, passando pelo gabinete do senador tucano Antero Paes de Barros, e os coronéis do PFL e do PSDB tentaram responsabilizar o ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, pela falta de seu assessor infiel.

Na noite de 30 de março, novas fitas foram divulgadas, desta vez mostrando o primeiro "interrogatório" do bicheiro Carlinhos Cachoeira pelo Ministério Público Federal, na calada de uma fria madrugada em Brasília, ocorrido semanas antes do caso ter estourado na mídia. A revelação provocou uma reviravolta no caso, deixando claro o objetivo de atingir o ministro Dirceu e o governo Lula. Participaram do complô o subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, o procurador Marcelo Serra Azul e o delegado da Polícia Federal, Giacomo Santoro.

O governo, por seu turno, procura se fortalecer para garantir a adoção dos novos

rumos a que o país anseia. Primeiro, afinou os violinos, numa reunião, na noite de 24 de março, em Brasília, na casa do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, com os ministros José Dirceu, da Casa Civil, Antônio Palloci, da Fazenda, e Aldo Rebelo, da Articulação Política e Assuntos Institucionais. Depois, aqueles ministros seguiram para um jantar no apartamento do deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, com os líderes e presidentes dos partidos da base aliada. O governo confirmou então que os acordos acertados seriam mantidos, afastou dúvidas e especulações sobre a permanência do ministro Dirceu no cargo e que nova forma de convivência seria estabelecida entre os partidos e o governo. Foi decidida a criação de um Conselho Político com os presidentes de partidos da base aliada.

O governo retoma a ofensiva, une as forças. O embate vai demonstrando, para quem não queria – ou não sabia – ver, que este é um governo em disputa. E o objetivo da oposição conservadora e de direita é influir para evitar a mudança e para manter a política econômica que trava a retomada do desenvolvimento, a criação de empregos e a valorização do trabalho.

EDITORIAL

EUA querem espionar a pesquisa nuclear brasileira

A pressão contra o Brasil pode subir nas negociações internacionais depois que os jornais *Financial Times*, a bíblia dos banqueiros londrinos, e o norte-americano *The Washington Post* colocaram em pauta um novo ponto sensível - a pesquisa nuclear brasileira. E a grita da imprensa internacional, fazendo coro com o governo dirigido por George W. Bush, tem um sentido claro: eles querem intrrometer-se nessa pesquisa, descobrir o que os brasileiros fazem, impedir o desenvolvimento tecnológico autônomo do Brasil e bisbilhotar os equipamentos aqui desenvolvidos. O pretexto alegado pelo governo norte-americano é a necessidade de deter a proliferação das armas nucleares, exigindo o direito de fazer inspeções mais detalhadas do que as previstas pelos tratados internacionais assinados pelo Brasil, como se nosso país fosse um paria internacional.

Mas há razões mais prosaicas para essas pretensões. Hoje o Brasil gasta 19 mi-

lhões de dólares a cada 14 meses só para mandar enriquecer, no Canadá e na Europa, o urânio consumido como combustível em Angra 1 e Angra 2. Neste ano, usando tecnologia nacional – inclusive uma ultracentrífuga desenvolvida aqui, que gira levantando por efeito eletromagnético, com menos atrito, e é mais eficiente do que equipamentos semelhantes norte-americanos, europeus e japoneses – a fábrica das Indústrias Nucleares do Brasil, em Resende, começará a produzir o combustível nuclear para as usinas nucleares brasileiras. No futuro, passará a exportá-lo para um mercado promissor, de mais de 12 milhões de dólares ao ano.

A ofensiva norte-americana contra nossa pesquisa nuclear também tem um sabor de espionagem, e não disfarça que seu objetivo é ter acesso aos segredos tecnológicos da fábrica de Resende que, justamente, é o alvo das pretendidas inspeções. "Trata-se", diz o vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, Beto Albuquerque, do PSB/RS,

"da velha conversa americana que põe sob suspeita a posição pacífica do Brasil em relação à energia nuclear para conhecer a tecnologia alheia".

A descarada intenção neocolonizadora da nova ofensiva, que busca tolher a independência tecnológica nacional, esbarrou na resistência firme do Itamaraty e do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Lembrando que o Brasil cumpre rigorosamente suas obrigações internacionais e é um dos poucos países que incluiu em sua Constituição a proibição de ter armas nucleares, Celso Amorim disse que a questão de aceitar novas regras de inspeção "não tem prazo", e "deve ser analisada com calma e friamente, com relação ao conjunto de países, com relação a nossa tecnologia para, soberanamente, decidirmos no momento adequado". E repetiu a nota divulgada pelo Itamaraty, assinalando que o assunto surgiu "não vamos nos deixar levar por pressões externas e que são por sua natureza sem fundamento".

É hora da juventude

Congresso da UJS faz chamamento pelo voto aos 16

Página 8

Sindicalismo progressista

Propostas da CSC para a reforma sindical

Página 9

Eleanor, a filha de Marx

Biografia de Eleanor contribui com o debate sobre a situação da mulher

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Página 11

ORGANIZAÇÕES DE BASE

O exemplo dos metalúrgicos do RJ

É hora de colocar o Partido em primeiro plano, diz Mauricinho, presidente do Sindicato

BERNARDO JOFFILY

O PCdoB/Rio de Janeiro realiza uma fértil experiência na construção de Organizações de Base (OBs) operárias nas empresas metalúrgicas. Em 2003, eram 29, organizando 285 comunistas. Hoje, este número se ampliou.

Para o camarada Wallace Paz de Aragão, o avanço nas organizações de base tem forte ligação com a presença dos comunistas na direção do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, hoje com 45 mil trabalhadores na sua base; o próprio Wallace é diretor do Sindicato. Sem aparelhar nem partidizar a entidade, os dirigentes sindicais comunistas na sua maioria aprenderam a empenhar seus vínculos com a classe para construir tanto o Sindicato como o Partido. O funcionamento das OBs comunistas se articula estreitamente com a ação sindical, e muitas reuniões das bases partidárias ocorrem nos mesmos dias que as assembleias do Sindicato. Mas não só. Em 2003, por exemplo, 250 metalúrgicos do Rio de Janeiro vieram a São Paulo para debater com Walter Sorrentino, da direção nacional do Partido, a realidade criada com o governo Lula.

A implantação das OBs não foi um processo automático. Dependeu de uma decisão política, e de muita determinação. "Chegou um momento em que a gente decidiu colocar o Partido em primeiro plano", diz Maurício Ramos, o Mauricinho, 44 anos, presidente do Sindicato e membro do Comitê Central do PCdoB. À luz de sua experiência, Mauricinho

reconhece que o sindicato é uma escola e uma porta por onde os trabalhadores têm acesso também a formas superiores de organização de classe, apesar dos limites da ação sindical, maiores em tempos de crise e produção emperrada por uma política econômica ortodoxa. E a opção de entrar no Partido Comunista aparece como uma forma de atuar para além desses limites, levando a luta da classe para o terreno mais amplo e decisivo da política.

As Organizações de Base metalúrgicas se distribuem pelos nove Comitês Distritais comunistas da capital fluminense, e também pelos municípios de Itaguaí e Nova Iguaçu. Num distrito, Suburbana, há treze OBs, com cerca de 140 filiados. Mas a OB mais forte é a da Ebse (Empresa Brasileira de Solda Elétrica), ligada ao Distrital de Campo Grande.

A OB mais forte é a da Ebse, que tem 22 comunistas entre seus 400 operários

A Ebse foi estatal cuja privatização foi seguida por uma onda de demissões que atingiu muitos comunistas — a OB chegou a ter 40 membros, e hoje organiza 22 comunistas, entre os 400 trabalhadores na empresa. Lá, o trabalho de construção do PCdoB caminha passo a passo com as organizações de massas. Os trabalhadores da empresa conquistaram na luta, em 2000, a sua Comissão de Fábrica, com dez membros, todos filiados ao Partido. Seu coordenador, Rafael, é peça chave na estruturação partidária, e, diz Wallace, não é de grandes discursos mas um bom organizador e um dirigente que unifica o coletivo.

CARTAS

Mensagem da China - Por ocasião do 82º aniversário da fundação do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, tenho a honra de expressar aos camaradas do PCdoB as minhas calorosas congratulações.

O Partido Comunista do Brasil é uma força política muito importante no Brasil, está desempenhando um papel muito destacado na construção do seu país. Estou certo de que, com o desenvolvimento favorável das relações de parceria estratégica entre a China e o Brasil, o relacionamento de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista da China e o Partido Comunista do Brasil serão cada vez mais consolidado e desenvolvido.

Formulo os votos pelo que, a sua liderança, o Partido Comunista do Brasil será cada vez mais consolidado e desenvolvido.

Formulo os votos pelo que, sob a sua liderança, o Partido Comunista do Brasil conquistará avanços cada vez maiores.

Cordialmente,
Jiang Yande,
Embaixador da República Popular da China

Mato Grosso - Agradecemos o convite formulado para participar do ato comemorativo dos 82 anos de fundação do Partido no Brasil - PCdoB. Ao ensejo desejamos êxito ao evento.

Cordialmente,
Blairo Maggi,
Governador de Mato Grosso

Outras mensagens sobre o aniversário do PCdoB:

José Alencar
Vice-Presidente da República

Agnelo Queiroz
Ministro do Esporte

Antonio Palocci
Ministro da Fazenda

Márcio Thomaz Bastos
Ministro da Justiça

Luiz Fernando Furlan
Ministro da Indústria

Germano Rigotto
Governador do Rio Grande do Sul

João Alves Filho
Governador de Sergipe

Jarbas Vasconcelos
Governador de Pernambuco

Marcelo de Carvalho Miranda
Governador de Tocantins

Marconi Perillo
Governador de Goiás

Paulo Souto
Governador da Bahia

Wellington Dias
Governador do Piauí

Senador Duciomar Costa

Senador João Capiberibe

Senador José Agripino Maia

Senador Sergio Guerra

Senador Sergio Zambiasi

Senador Tasso Gereissati

Senador Tião Viana

Senador Valmir Amaral

Senadora Ideli Salvatti
Líder do PT

Deputado Jackson Barreto

Deputado Jorge Cauhy Junior

Deputado Miguel Arraes - PSB/PE

Deputado Vander Loubet

Edberto Picianeli Pinto
Secretário de Cultura de Alagoas

Cezar Britto
Secretário Geral do
Conselho Federal da OAB

João Evangelista
Diretor Regional Adjunto/ECT/DR/PI

Marcos Cipra
Presidente da Câmara de Catanduva/SP

Vereadora Marlúcia Ferreira Paixão
Câmara Municipal de Ilhéus/BA

PCdoB

Comemorações dos 82 anos

Militantes comunistas de praticamente todos os Estados brasileiros comemoraram na semana passada o aniversário do mais antigo partido com vida contínua em nosso país: o Partido Comunista do Brasil, que completou 82 anos no dia 25 de março.

As comemorações não se restringiram às já tradicionais palestras e atividades fechadas, em salões e auditórios. Incluíram também formas criativas e de grande visibilidade. Um exemplo foi a caminhada que os comunistas fizeram pelas ruas de São Paulo.

Uma série de comemorações marcará em Salvador os 82 anos do PCdoB. Foi realizado ato político no dia 25 de março,

cujo anfitrião foi o líder da bancada comunista na Câmara Municipal de Salvador, vereador Reginaldo Oliveira. Na ocasião, foi lançado o livro *A Classe Operária*, de autoria do presidente regional do PCdoB em Brasília, Apolinário Rebelo, sobre a história do jornal do partido.

Neste ano, pela primeira vez, o programa de rádio e TV do Partido, em cadeia nacional, foi veiculado no dia de fundação do Partido Comunista do Brasil. Nele, houve uma breve retrospectiva da presença comunista nos principais acontecimentos do nosso país; e foram expostas opiniões sobre a conjuntura, afirmando a necessidade de retomada do desenvolvimento econômico.

ATO PÚBLICO EM SOLIDARIEDADE À REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

• EM DEFESA DA DEMOCRACIA NA VENEZUELA E DO GOVERNO HUGO CHÁVEZ
• CONTRA A INGERÊNCIA DO GOVERNO GEORGE BUSH E CONTRA A AÇÃO DOS GOLPISTAS

Dia 12 de abril, segunda-feira, às 19h

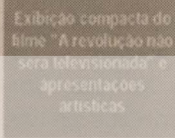
Local: Auditório do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo
Rua Genebra, nº 25, Centro, São Paulo
(ao lado da Câmara Municipal de São Paulo)

Presença da delegação venezuelana:

- Deputado Nicolás Maduro – secretário de relações internacionais do Movimento Quinta República
- Deputado Tarek William Saab – presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional
- Deputada Cilia Flores – líder da bancada do governo na Assembleia Nacional
- Deputado Angel Rodríguez – presidente da Comissão de Desenvolvimento Nacional da Assembleia Nacional
- Deputado Calixto Ortega – presidente da Comissão de Energia e Minas da Assembleia Nacional

PROMOÇÃO:

• Instituto Mundial Cubano (IMCSP) • Comitê dos 5 Partidos Cubanos • Associação Nacional América • Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) • União Estadual dos Estudantes (UEESP) • Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) • Federação das Associações Comunistas de São Paulo (Facoep)



EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

A Classe Operária



Jornalista responsável Pedro de Oliveira (MTB 9813/SP) Edição - José Carlos Ruy - Carlos Pompe

Edvar Bonotto - Diagramação Marco Godoy -

Administração - Francyrose de Andrade

Alameda Sarutaiá 185 - Jardim Paulista - São Paulo - SP - CEP 04033-000 - Fone: (11) 3054 1800
classe@pcdob.org.br - www.vermelho.org.br/classe

CASO WALDOMIRO

Armação contra o governo Lula

Congresso pode investigar a conspirata da direita

LUIZ APARECIDO, DE BRASÍLIA

Vai se confirmando a tese de que forças da oposição conservadora, da direita e de setores da grande mídia foram flagrados, como qualificou o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, numa espécie de conspiração para enfraquecer o núcleo central e desestabilizar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma sucessão de fatos apontava nessa direção, que vai se tornando realidade na medida em que o "Caso Waldomiro Diniz" adquire contorno real. Primeiro, a forma estranha como as fitas foram parar nas mãos da revista "Época", passando pelo gabinete do senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso.

A exploração do fato e seus desdobramentos, com a mídia carente de recursos cobrando uma CPI e os oportunistas de plantão, juntamente com os caciques neoliberais e os coronéis pefelistas, pressionando para que o ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, fosse responsabilizado pela falta de seu assessor infiel.

Mas, finalmente, na noite do dia 30, o Jornal Nacional, da Rede Globo, divulgou as fitas do primeiro "interrogatório" que o bicheiro Carlinhos Cachoeira havia prestado ao Ministério Público Federal, na calada de uma fria madrugada em Brasília, semanas antes do caso ter estourado na mídia. Ali, ficou claro que havia uma conspirata para atingir o ministro Dirceu e todo o governo Lula. O próprio ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, classificou a reunião entre o subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro e o bicheiro como uma conspiração, da qual também participaram o procurador Marcelo

Serra Azul e o delegado da Polícia Federal, Giacomo Santoro.

Caiu a máscara da oposição

O ministro e o próprio Procurador Geral, Cláudio Fontelles, imediatamente instauraram uma sindicância para apurar a legalidade daquele ato que, no entanto, foi defendido por muita gente dentro do Ministério Público e nos meios políticos.

E, apesar de ter ficado claro para todo mundo que havia uma conspiração em marcha, as vivandeiras do PFL e do PSDB, insuflados pelo ex-candidato a presidente da República e presidente dos tucanos, José Serra, senadores dos dois partidos, deputados e até o ex-presidente FHC, mantiveram a tática de pressionar o Congresso e o governo para instaurar uma CPI, que se tornava cada vez mais patente que seria política.

Essas forças — inconformadas por terem perdido as eleições em 2002 e sentindo que nas próximas podem levar outra "surra" das forças democráticas e populares — querem porque querem uma CPI para, no dizer de um senador pefelista, "bagunçar o coreto". Até o falso discreto FHC, no alto de sua Fundação clandestina, que existe e está bem fornida de recursos mas não consta em nenhuma lista oficial de telefones ou na web, faz reuniões com seu núcleo duro na sua sede, com "tubarões" que transitam entre a Avenida Paulista, Nova Iorque, Vale do Anhangabaú e Lauzane, na Suíça, e publica artigos nos jornais criticando e tentando colocar em xeque o governo Lula.

Eles querem outro Waldomiro. A "conspiração" adquire contornos verdadei-

ros, mas a oposição não se entrega e continua com a tática de desestabilizar o governo e ferir de morte seus principais assessores. No final de março, a revista *IstoÉ Dinheiro* denunciou ligações do ministro Luiz Gushiken com Waldomiro Diniz, que foi reproduzida também pelos principais jornais do país. Segundo a reportagem, há dez anos os dois teriam sido sócios da compra de uma fazenda em Goiás, quando faziam parte da Associação Fraterna Mundo Novo. Em nota, o ministro afirmou que as acusações não têm "relevância política", e que fazem parte de um passado

caracterizado por ele como uma fase de "loucura". Gushiken afirmou sequer saber da participação de Diniz na organização.

Enquanto, o Congresso Nacional discute esta semana, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, se convidará o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para prestar esclarecimentos sobre uma possível conspiração existente contra o Governo Lula.

A audiência pública foi solicitada pelo deputado João Almeida (PSDB-BA), que considera apropriada a discussão a respeito dos procedimentos dos procuradores da República criticada pelo ministro. Há uma convocação, que não se iludam os cépticos e crentes apenas para mais uma vez tentar colocar o governo na defensiva.

Os fatos estão postos e o povo já viu na "telinha da Globo", que os procurado-

res reunidos na calada da noite, queriam mesmo era atingir o cerne do governo. Mas a guerra das fitas ajudou o ministro Dirceu e deu oxigênio ao governo. "Estou aliviado. Está demonstrado que fizeram uma sacanagem comigo", desabafou Dirceu a alguns jornalistas nesse último fim de semana.

Não é à toa, que o subprocurador Santoro, é useiro e vezeiro em incriminar gente inocente e jogar para a mídia. Já havia feito isso no Maranhão com a senadora Roseana Sarney, fez isso no Espírito Santo incriminando deputados que depois foram absolvidos, mas

não atacou o núcleo do crime organizado que está solto e continua aprontando das suas.

José Roberto Santoro, tem uma longa história de ligação com o alto tucanato. Foi assessor do então ministro da Saúde de FHC, José Serra, que o conheceu em 1998, quando virou o jogo de uma denúncia contra o Ministro da Saúde. O acusador passou a acusado e José Serra inocentado, sobre a questão de cobrar propina para abastecer as campanhas eleitorais, de laboratórios farmacêuticos. Também atuou no caso dos grampos da Bahia, onde sob as ordens do senador Antônio Carlos Magalhães, 232 telefones haviam sido grampeados naquele Estado. Em todos os casos que atuou, suas conclusões e investigações tiveram caráter político, sempre ao lado dos poderosos de plantão.

Santoro tem uma longa história de ligação com o alto tucanato; Serra o conheceu em 1998 e, sob FHC, o levou ao Ministério da Saúde, como assessor

BASE ALIADA

Jantar e reunião reforçam aliança

Anunciada a criação de um Conselho Político com os presidentes de partidos da base aliada

A noite 24 de março, em Brasília, foi agitada para os líderes governistas. Primeiro, houve uma reunião na casa do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, com a presença dos ministros José Dirceu, da Casa Civil, Antônio Palloci, da Fazenda, e Aldo Rebelo, da Articulação Política e Questões Institucionais. Depois foi um jantar no apartamento do deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, com eles e os líderes e presidentes dos partidos da base aliada. Tudo para o governo afa-

gar seus aliados e confirmar que os acordos acertados seriam mantidos, que o ministro Dirceu permaneceria no cargo e que, uma

nova forma de convivência seria estabelecida entre os partidos e o governo.

A semana fora difícil para o governo e principalmente para o ministro José Dirceu, com boatos correndo soltos sobre sua demissão e suas desavenças como ministro Palloci. A reunião e o jantar selaram a paz entre todos. Dirceu e Palloci garantiram que formavam um "par perfeito" e que a política econômica do governo permaneceria, até que seja possível uma mudança com responsabilidade.

De concreto, ficou decidido a criação de um Conselho Político com os presidentes de partidos da base aliada, o que era uma reivindicação antiga e insisten-

Governo reafirmou que respeitará os acordos acertados com os partidos que integram a base aliada



Rabelo, Costa, Correa, Genoino, Jefferson, Arraes e Nósses, presidentes dos partidos aliados

te de todos. O presidente Lula, através do ministro Palloci, garantiu que iria começar a liberar 300 milhões de reais emendas dos parlamentares ao orçamento e que o total atingiria 1,720 bilhão, com restos a pagar de 2002 e 2003. O ministro Aldo Rebelo passa a ser, agora efetivamente, o mentor da política do governo e do relacionamento com o Congresso em todos os níveis.

A presença dos ministros Palloci e Dirceu, juntamente com Aldo Rebelo nas duas reuniões, foi uma determinação do pre-

sidente Lula para aplacar a boataria sobre divergências entre eles.

Estiveram no jantar também o presidente do PCdoB, Renato Rabelo; Renato Casagrande (ES) líder da bancada do PSB; José Múcio Monteiro, do PTB (PE); Waldemar Costa Neto, presidente do PL; José Genoino, do PT; Pedro Henry (MT), do PP; Michel Temer, do PMDB; e vários outros. Para o líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Renildo Galhães (PE), a paz estava selada e a base aliada satisfeita. (LA)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

40 ANOS DO GOLPE DE 1964

A ditadura foi um regime arbitrário, repressivo, antinacional e antipopular

Nota do Secretariado Nacional do Comitê Central do PCdoB

Há 40 anos, depois de longa conspiração contra o governo legítimo e constitucional de João Goulart, foi deflagrado o golpe militar que deu início ao regime mais arbitrário, reacionário, ditatorial e repressivo da história do país. Já desde o início faltando à verdade com o povo e a nação, inaugurando assim o método do embuste com que ao longo dos anos tentaram disfarçar os seus desmandos, os golpistas invocaram falsos pretextos, fizeram vãs promessas e indicaram ilusórias perspectivas quanto aos motivos do ato de força, seu escopo e o tempo de duração do regime então inaugurado. Levantaram surradas bandeiras — conter o surto inflacionário, combater a corrupção, restaurar a “ordem” e conjurar a “ameaça comunista”. Prometeram devolver o poder aos civis em curto prazo. Em contundente pronunciamento à Nação, o Partido Comunista do Brasil, porém, já advertia em nota escrita no dia seguinte ao do golpe: “A ditadura veio para ficar”.

Com efeito, em 1º de abril de 1964, inaugurava-se no Brasil uma longa e insone noite para os brasileiros, que menos de um lustro mais tarde, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 no malsinado 13 de dezembro de 1968, convertera-se na tenebrosa noite do fascismo, que por um momento empregou o terror de Estado contra o povo. Só viria a terminar 21 anos depois, quando, por força da vitória das forças democráticas que nunca cessaram de lutar, o último dos

generais a ocupar o poder, o truculento J.B. Figueiredo, deixou o Palácio do Planalto pela porta dos fundos.

O golpe militar de 1964 foi deflagrado em nome de interesses contrários aos do povo e da nação. Em primeiro lugar, os interesses do imperialismo norte-americano, no quadro da guerra fria, da doutrina da segurança hemisférica, dos planos de guerra, da luta pela hegemonia mundial e aspirações neocolonialistas dessa potência imperialista. Foi o primeiro, dentre muitos atos de força antidemocráticos que marcaram a vida política na América Latina nas décadas de 1960 e 1970.

Igualmente, a ditadura foi instaurada em nome dos interesses conservadores e oligárquicos das classes dominantes retrógradas, que nutriam medo pelas reformas sociais anunciadas pelo governo deposto e ódio feroz ao povo, na defesa dos seus seculares privilégios.

Foi um regime arbitrário que na medida em que caía no isolamento e afundava num cipoal de contradições, degenerou e resvalou para a prática de violências e atrocida-

des contra adversários, perseguindo, banindo, encarcerando, torturando e assassinando a sangue-frio os que se batiam pela democracia.

A ditadura militar criou no país um regime sui generis. Aboliu o instituto das eleições diretas para presidente da República, governadores dos Estados e prefeitos das capitais e de cidades consideradas áreas de segurança nacional. Os generais sucediam-se no

Mesmo sob a violência e a repressão, o povo lutou contra a ditadura, com formas legais e ilegais, abertas e clandestinas, individuais ou de grandes multidões, pacíficas e armadas, dentre as quais destaca-se a jornada do Araguaia

VIOLÊNCIA

Secretário negro denuncia discriminação

O secretário nacional dos Esportes, o baiano Orlando Silva Junior, foi vítima de discriminação racial em Brasília — ironicamente, na data em que se comemorava o Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, 21 de março. A vereadora Olívia Santana, do PCdoB de Salvador, que se encontra em Brasília para tomar posse no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, acompanhou o caso, cuja ocorrência foi registrada na delegacia de polícia e deu início a um processo judicial.

O secretário, que se encontrava em um shopping, acompanhado de um sobrinho, solicitou um táxi para se dirigir ao Hotel Blue Three onde se hospeda em Brasília. O taxista, além de convidar um outro colega, para acompanhá-lo na corrida, no caminho parou em um posto policial e solicitou que seu cliente fosse abordado, alegando que o mesmo seria suspeito.

Depois de se identificar como secretário nacional dos Esportes, Orlando, que era suspeito, passou a ser chamado de doutor pelo taxista. Ele denunciou o caso na 1ª Delegacia de Polícia Civil de Brasília, onde foi instaurado inquérito para apurar os fatos, o qual pode dar início a um processo que coloca o secretário como vítima de discriminação racial.

“Minha intenção com esta denúncia é a de fazer com que a sociedade brasileira reflita sobre o absurdo do preconceito e da discriminação racial contra negros em nosso país. Tenho recebido a solidariedade não só de parlamentares e ministros, mas também de pessoas do povo, que ligam e enviam correspondências me cumprimentando pela coragem em fazer esta denúncia”, comenta o secretário, que é membro do Comitê Central do PCdoB.



poder como se da troca de mando na caserna se tratasse. O regime ditatorial manteve na maior parte do tempo o Congresso Nacional manietado através das cassações de mandatos parlamentares, do seu fechamento temporário e até do cerco policial-militar das suas instalações. A Carta Magna, escrita e promulgada pela Assembléia Constituinte de 1946, foi rasgada, sendo substituída por uma contrafação de Constituição e pelos Atos Institucionais, configurando um regime de exceção, à margem da lei, dos princípios democráticos e das tradições republicanas. O general-presidente tocava o governo no dia-a-dia através dos decretos-leis. O Judiciário se converteu num poder subalterno, perdendo-se assim todo vestígio de Estado de Direito.

Foi um regime repressivo e liberticida. Proscreeu os partidos políticos, interveio nos sindicatos, interditou as entidades estudantis, enfrentou os protestos populares com o exército nas ruas, não raro abrindo fogo contra multidões desarmadas. Foi um regime obscurantista. Censurou a imprensa, tentou calar os artistas, seus esbirros invadiram teatros, escolas e centros de ensino superior, cassando a autonomia universitária.

Do ponto de vista econômico e social, a ditadura militar foi uma calamidade para as massas. Os surtos de crescimento que se seguiram a um período inicial de estagnação e antecederam as crises dos anos 1980, resultaram em brutal concentração de rendas, em endividamento galopante, em abissais desequilíbrios regionais e em deterioração do padrão de vida do povo, porquanto tinham como um dos seus pilares o arrocho salarial. Embora proeminente na intervenção econômica, o Estado não provia a sociedade com os serviços essenciais. Converteu-se em instrumento de enriquecimento ilícito de uma casta corrompida e em usina de divisas para alimentar a banca internacional. Sob os generais de 1964, o Brasil se converteu no paraíso do capital estrangeiro. Setores decisivos da economia nacional caíram em mãos das empresas transnacionais e enormes porções de terra foram alienadas a estrangeiros. Começou naquele período o ciclo perverso do endividamento externo.

Apesar de toda violência e repressão, nem um só dia dos 21 anos que durou o ditatorial regime o povo deixou de lutar. Nas ruas,

nas praças, nos campos, nas redações, nos palcos, nas escolas e universidades, nos templos e até na sala vilipendiada do Congresso, onde quer que houvesse brasileiros honrados e trabalhadores, democratas e patriotas, amantes da liberdade, havia também luta pela redemocratização do país. Lutas de todos os tipos, legais e ilegais, abertas e clandestinas, individuais, de pequenos grupos e de grandes multidões, pacíficas e armadas, dentre as quais destaca-se a memorável jornada do Araguaia, mas sempre luta pela liberdade, pelo direito de o povo se organizar para alcançar a soberania do país e a justiça social.

Nessa luta, muitas vezes heróica porque encetada em condições desiguais, tombaram muitos mártires da liberdade, entre eles dezenas de militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil, em nome de cuja memória inclinamos as nossas bandeiras de lutas neste dia aziago da história do país.

Já vai longe o 1º de abril de 1964, como também já se distancia no tempo o marco inaugural da redemocratização do país — a eleição de Tancredo Neves e a Nova República sob a presidência de José Sarney. Tudo indica estar a democracia no país em processo de consolidação. O governo da República, sob a liderança do presidente Lula, representa as forças progressistas da sociedade, busca os meios e modos adequados para empreender as mudanças que a nação reclama para ingressar numa era de desenvolvimento e progresso social, as Forças Armadas encontram-se voltadas para o cumprimento da sua missão constitucional — a salvaguarda da soberania do país e de sua integridade territorial —, os partidos políticos batem-se pelos seus programas nos marcos do Estado de Direito e as organizações de massas credenciam-se junto ao povo como veículos legítimos da luta por suas sentidas reivindicações. É nesse ambiente que registramos a passagem do 40º ano da deflagração do golpe e da instauração da ditadura militar, convictos de que da amarga e dolorosa experiência o povo brasileiro extrairá lições e se tornará vigilante para que jamais seja golpeada a democracia no país.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Secretariado Nacional do Comitê Central do PCdoB

POLÍTICA ECONÔMICA

Fraco desempenho da economia amplia problemas políticos

Não foi o caso Waldomiro que derrubou a aprovação do governo nas pesquisas de março, mas a recessão e o desemprego

FLÁVIO TONELLI VAZ*

O primeiro semestre de 2003 foi um período de ajustes. Com as acomodações prevalecendo sobre as transformações, a sociedade creditou na confiança no governo as saídas para problemas como desemprego, renda, enfrentamento da miséria, e mesmo da produção econômica. Mas a permanência dos altos juros, o aumento das metas de superávites e a incapacidade de induzir os investimentos privados transformou 2003 em mais um ano difícil para o emprego e a renda do trabalhador.

No primeiro trimestre de 2004 foram revelados dados comprometedores para a condução da política econômica do nosso governo: queda no PIB (-0,2% em valores reais e -1,5% no PIB per capita); queda na renda do trabalho pelo 6º ano consecutivo; desemprego recorde; grande baixa no consu-

mo das famílias (-3,3% ou 25,8 bilhões de reais). Isto sem falar nos novos indicadores da concentração de renda. Para piorar a situação, a manutenção dos juros e a insistência do Banco Central e do Ministério da Fazenda em reafirmar a meta de superávit, fechando os olhos para a economia real, significaram outro balde de água fria na expectativa para 2004.

Assim, no final de março, as pesquisas de opinião revelaram queda na aprovação do governo e do próprio presidente Lula. Muitos se apressaram em vincular esses resultados ao caso Waldomiro Diniz, que atormentou o governo federal desde o começo de fevereiro. Mas, a pesquisa de opinião da CNT/Sensus de 24 a 26 de março mostrou que 56% dos entrevistados não sabiam do caso e, dos que conheciam, a metade consi-

derava que esse caso de corrupção era representativo do governo como um todo. Ao contrário, as pesquisas de março mostraram que a recessão e o desemprego foram as causas da queda no índice de satisfação das pessoas. Para 44% dos entrevistados, o governo age de forma ineficaz, 35% afirmam que a renda mensal caiu nos últimos 6 meses, 68% perceberam que a pobreza aumentou, 84%, que a violência piorou, e, há ainda pequenas expectativas: para 75%, a economia vai registrar pouco ou nenhum crescimento em 2004.

Ao final de março, tanto Meirelles (dia 25) quanto Palocci (dia 30) estiveram na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para discutir o acordo com o FMI, as deliberações do Comitê de Política Econômica e a situação da economia brasileira. Havia um consenso entre os dois: a escolha dos mais diversos indicadores para reafirmar que a economia está em processo de recuperação, a partir da queda do dólar, risco país, crescimento da bolsa, desempenho dos exportadores etc.

Dentro e fora do governo, os defensores da ortodoxia econômica se apegam aos dados do mundo financeiro, e esquecem suas conseqüências sociais

1º DE MAIO

CUT quer meio milhão nas ruas em SP

Será uma manifestação em defesa do desenvolvimento, do emprego e da valorização do trabalho

A Central Única dos Trabalhadores apresentou dia 1º de abril sua programação para o 1º de Maio deste ano, que prevê um "mega-evento" em São Paulo com meio milhão de participantes.

Os sindicalistas da CUT, junto com entidades dos movimentos sociais, organizarão atos públicos na capital em defesa da geração de emprego, distribuição de renda, salário decente, políticas públicas com qualidade, reforma agrária e da ampliação de direitos. As atividades começarão, na Avenida Paulista, às 9 horas. Estão sendo aguardadas várias autoridades, entre elas o ministro da Cultura, Gilberto Gil, que já confirmou sua presença, e o próprio presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A festa terá Sandy & Júnior, Leonardo, Ivete Sangalo, Djavan, Skank, Daniel, Lecy Brandão, Alexandre Pires, Jorge Aragão, Fundo de Quintal, entre outros.

Para Edilson de Paula Oliveira, presi-

dente da CUT/SP, o 1º de Maio será "um dia de luta pelo emprego e renda, mas também um dia de descanso e diversão para o trabalhador".

A Central, que solicitou uma audiência com Lula em busca de medidas em defesa dos trabalhadores, pretende homenagear o presidente operário no 1º de Maio, "que saiu lá da pobreza do Nordeste e conseguiu chegar à Presidência da República. Essa história não pode ser negada", disse Oliveira.

A CUT quer um salário mínimo de 300 reais e sua recuperação gradativa nos próximos quatro anos, diz Luiz Marinho, presidente nacional da CUT. Segundo o Dieese, o salário mínimo deveria ser de 1.402,63 reais; hoje, é de 240 reais.

As CUTs estaduais também programaram manifestações em seus estados, esperando atrair milhares de trabalhadores e reunir sindicalistas do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

Reduzir a jornada é gerar empregos



CULTURA

Maria Adelaide Amaral, cidadã paulistana

A UNE, a Fundação Bienal e o vereador comunista Alcides Amazonas homenageiam a autora de Um Só Coração

FERNANDO LOPES BORGES

A Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou, em 31 de março, por iniciativa do líder da bancada do PCdoB, Alcides Amazonas, a concessão do título de Cidadã Paulistana à escritora Maria Adelaide Amaral, autora da minissérie "Um Só Coração". Amazonas acatou uma sugestão do presidente da UNE, Gustavo Petta, e do presidente da Fundação Bienal, Manoel Francisco Pires da Costa.

Maria Adelaide nasceu no Porto, em Portugal, e veio para o Brasil, ainda criança, em 1954. Começou a traba-

vencedoras do Molière de melhor autor nacional. Em 1986, publicou "Luísa - Quase uma História de Amor", Prêmio Jabuti de melhor romance; depois vieram "Aos Meus Amigos" (romance, 1992), "Dercy de Cabo a Rabo" (biografia, 1994), "Intensa Magia" (teatro, 1996) e "Coração Solitário" (livro

infanto-juvenil, 1997). Em 1990, estreou na televisão, como co-autora da novela "Meu Bem, Meu Mal". Também traduziu peças como "A Última Gravação", de Beckett, em 1988; "Kean", de Jean-Paul Sartre, em

1994; e "Cenas de um Casamento", de Ingmar Bergman, em 1996.

Na minissérie "Um Só Coração", homenageia São Paulo, cuja história é retratada entre 1922 a 1954, período que colocou a cidade no mapa da cultura, a partir da Semana de Arte Moderna. Mostra também a trajetória de imigrantes europeus e asiáticos que contribuíram para o crescimento econômico, social, econômico e cultural da cidade.



Daniela, Cássia, Maria Adelaide e Helena

lhar aos 12 anos numa fábrica de camisas. Ingressou na Abril Cultural em 1970, onde ficou até 1986. Em 1974, escreveu a peça de teatro "A Resistência", inspirada na dissidência de funcionários da Abril. Em 1976, compôs "Bodas de Papel", que recebeu os prêmios Molière, Ziembinsky, Governador do Estado e da Associação dos Críticos de Arte. É autora de 14 peças, entre elas "Chiquinha Gonzaga" (1982), "De Braços Abertos" (1984) e "Querida Mamãe" (1994), todas

1994; e "Cenas de um Casamento", de Ingmar Bergman, em 1996.

Na minissérie "Um Só Coração", homenageia São Paulo, cuja história é retratada entre 1922 a 1954, período que colocou a cidade no mapa da cultura, a partir da Semana de Arte Moderna. Mostra também a trajetória de imigrantes europeus e asiáticos que contribuíram para o crescimento econômico, social, econômico e cultural da cidade.

1994; e "Cenas de um Casamento", de Ingmar Bergman, em 1996.

PCdoB

Surge a Rede Vermelha!

O novo sistema informacional vai revolucionar o cadastro de informações do PCdoB

Desde 1997 o PCdoB desenvolve o primeiro sistema informacional de seu Comitê Central, com dados e informações do conjunto dos militantes e filiados, facilitando a análise do perfil da militância comunista no país, o que foi feito para o 9º Congresso, realizado em São Paulo, gerando estatísticas de perfis, filtrando os dados por quesitos como estado de origem, sexo, idade, profissão etc. E também emitia relatórios para os cartórios eleitorais. Sua versão 6.0, de 2003, foi ferramenta para recadastrar os participantes das conferências de renovação das direções, que ocorreram em torno de 1,5 mil municípios e nos 27 estados brasileiros.

Quando mudou para a nova sede em abril de 2002, o Comitê Central ganhou melhores condições de trabalho. Moderna e espaçosa, ela é dotada de cabeamento de rede interna de alta velocidade, com todas as suas máquinas conectadas na Internet em tempo real. Ainda em 2002, foi posto no ar o portal Vermelho, hoje um dos três sítios de política mais visitados diariamente na internet. Com

isso, as condições para um novo sistema informacional estavam dadas.

A partir de 2003, a Comissão Nacional de Organização passou a discutir o desenvolvimento de um novo sistema capaz de receber as bases de dados anteriores, do SISCAMID 6.0, instalado em mais de 20 estados, e de dar um passo além, que cadastrasse os dirigentes e também os demais quadros.

Um nome para o novo sistema

O novo nome para o sistema é, hoje, objeto de debate na CNO. Muitos defendem o abandono do nome antigo, SISCAMID, entendendo que ele não reflete o potencial que o novo sistema terá nesta fase especial de vida que o Partido vive e pelos serviços que prestará aos usuários finais (os comitês estaduais e municipais). Uma das idéias é que, no novo nome, apareça a palavra "rede" pois sua essência será a Internet e o conteúdo será a interligação de estados, municípios, militantes, quadros e comitês em geral. A propos-

ta associa, a isto, o nome Vermelho, de nosso Portal, cor de nossa bandeira e marca de toda a história de luta dos comunistas. Assim, o novo sistema informacional do PCdoB passaria a se chamar Rede Vermelha.

O novo sistema receberá dados e informações dos filiados e militantes, dirigentes, quadros, além das informações de todos os comitês municipais nos municípios onde o Partido esteja implantado. Cadastrará e codificará ainda todas as Organizações de Base no país, emitirá relatórios sirvam para fortalecer a política de organização e estruturação partidária, entre eles relatórios por profissão (título acadêmico, formação profissional superior ou técnica), ou ainda por ocupação (o que o filiado faz). Através da Rede Vermelha os Comitês intermediários

poderão copiar em disquetes a lista de filiados e imprimi-la para entregar aos cartórios eleitorais, segundo a legislação eleitoral.

A Rede Vermelha foi desenvolvida para ser utilizada através da Internet, de forma que os estados deverão ter formas de acesso à rede mundial, preferencialmente através de banda larga, mas também através de acesso discado. A partir de 12 de abril, os CEs receberão senhas individuais para entrar na base de dados de seu Estado, que estará em fase experimental.

Este esforço não terá serventia sem o apoio ativo no trabalho de campo. A base de dados precisa ser alimentada. Em 2003, o PCdoB terminou seu 1º Censo Nacional. Mas ainda há muito a fazer para completar a base

de dados, que circunscreveu-se ao levantamento de militantes e de quadros dirigentes do Partido em todo o país. Foram publicados, no Partido Vivo, os artigos "Quem somos, onde estamos" e "Flutuação partidária", tratando da importância da superação do espontaneísmo nessa matéria. Este ano, nas conferências de junho, haverá uma "repe-

cagem" dos dados faltantes para que a Rede Vermelha nasça com base real, e se transforme efetivamente num instrumento poderoso da estruturação partidária.

O novo sistema vai interligar todos os organismos partidários, em qualquer nível, organizando as informações sobre seus dirigentes, militantes e sobre as organizações de base

MOVIMENTO

Todos às mobilizações de abril!

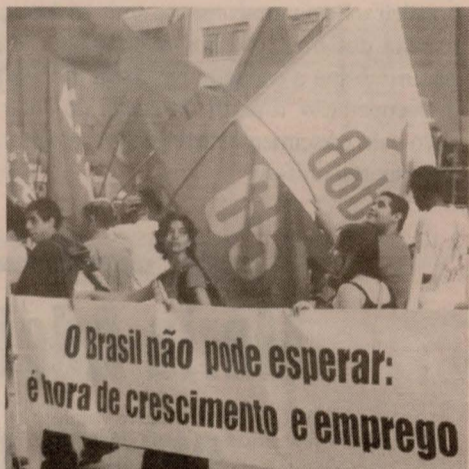
SECRETARIADO NACIONAL

Quando conseqüência às decisões do Encontro Nacional, de março passado, notadamente quanto ao esforço de pôr o PCdoB em plena atividade, nas ruas e na luta, em ligação com seu crescimento e estruturação, o Secretariado Nacional:

Saúda as iniciativas tomadas por ocasião da comemoração dos 82 anos de fundação do Partido, em todo o país, que tornaram a data um patrimônio do PCdoB e levaram a sua mensagem política, pela TV, nos atos públicos e nas passeatas realizadas, a uma parcela vasta da população brasileira; o PCdoB confirmou assim que é um Partido que quer se abrir ao diálogo mais intenso com parcelas amplas da sociedade, a par do papel político que vem desempenhando na luta social e no governo da República;

Conclama à participação ativa de todo o Partido, de seus militantes que atuam nas organizações de massas, a terem elevado protagonismo na agenda de luta programada para o mês de abril, cujo ápice é a comemoração do 1º de Maio, dia mundial de luta dos trabalhadores de todo o mundo;

Dirige a todo o coletivo, em todos os estados, um chamamento especial, destinado a uma ação política de massas diretamente junto aos trabalhadores das maiores empresas do país, levando a edição especial de **A Classe Operária**, comemorativa do 1º de Maio, às centenas de milhares, na semana que precede a data; desse modo, estaremos cumprindo uma das resoluções do Encontro Nacional, intensificando a ação com fisionomia própria do Partido junto à classe operária e demais trabalhadores, reforçando a presença do PCdoB no cenário das lutas e aspi-



Caminhada do PCdoB em São Paulo

rações dessa que é a força decisiva para nossa política;

Do mesmo modo, faz um chamamento a todas as direções partidárias, para um ingente esforço de apoio à realização do 12º Congresso da UJS, convocado para junho deste ano, com metas ambiciosas de mobilizar 50 mil participantes, transformando essa mobilização em importante fator de protagonismo na cena política em cada Estado e no país todo; também aqui terá lugar uma edição especial de **A Classe Operária** para um amplo trabalho de difusão das propostas do PCdoB entre os jovens;

As iniciativas propostas têm por ensejo reforçar o trabalho de filiações e incorporação ao trabalho organizado de Partido, nesse período, dirigido aos trabalhadores e juventude, em ligação com o esforço eleitoral que estará em curso no mesmo período.

Conclamamos a todos, a partir do Comitê Central e Comitês Estaduais, as lideranças públicas e de massas, parlamentares, militantes, a irem às ruas, às empresas e fábricas, escolas e universidades, nas grandes concentrações populares para um esforço amplamente organizado nessa direção. A direção nacional providenciará, nos termos em que já foi indicado a todo o Partido, as edições especiais de **A Classe Operária**, e os comitês estaduais deverão providenciar sua participação material e prática nesse sentido, diretamente junto às comissões nacionais de Organização, Sindical, de Juventude e de Comunicação.

São Paulo, 2 de abril de 2004

JORNADA DE 40 HORAS

Uma alternativa para a geração de empregos

Taxa de desemprego de 13% exige atitudes ousadas e agressivas por parte do governo

PAULO PAIM E INÁCIO ARRUDA *

Desemprego. De acordo com pesquisas realizadas recentemente, essa é a grande preocupação dos brasileiros. Não é para menos. Afinal, o país atravessa a mais grave crise de sua História. A atual taxa de desemprego beira os 13%, índice extremamente alto. A situação exige atitudes ousadas e mesmo agressivas por parte do governo.

Prevê-se, para este ano, um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 4%. Mas como se observa nas economias modernas, a retomada do crescimento econômico não garante a criação de novos empregos. Por isso apontamos, como saída emergencial, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem perda salarial. A medida geraria, de imediato, 3 milhões de empregos.

A redução da jornada é a forma mais rápida e eficaz de gerar empregos e promover o crescimento. Países que fizeram isso baixaram os níveis de desemprego. Na França, entre 1997 e 2002, a jornada foi reduzida de 39 para 35 horas semanais, o que significou a criação de um milhão de empregos. No Brasil, exemplo desses benefícios foi a redução da jornada de 48 horas semanais para as atuais 44 pela Constituinte. Alteração que não trouxe prejuízos aos empresários e que aumentou o número de postos de trabalho.

O Dieese divulgou pesquisa que mostra

que a redução na jornada de trabalho, aliada ao fim das horas extras, pode vir a gerar, já no primeiro ano, mais de 2,8 milhões de empregos diretos. Acreditamos que, num segundo momento, reduzindo a jornada para 36 horas, a exemplo do que já fizeram outros países, chegaremos aos dez milhões de empregos desejados pelo presidente Lula.

Se analisarmos os índices de desemprego de países que flexibilizaram suas legislações, veremos que, em geral, os números aumentaram. Aqui no Brasil isso pode acontecer se a reforma trabalhista que está sendo proposta não for pensada com cuidado.

O que se vê é que não basta reformar a legislação trabalhista ou reduzir a jornada de trabalho para gerar novos empregos. Precisamos, primeiramente, reduzir as taxas de juros, o maior obstáculo ao crescimento econômico. O desafio para o governo Lula é encontrar a solução para esse desemprego recorde, num quadro de economia em recuperação, mas ainda combinada com juros elevados.

* O senador Paulo Paim (PT/RS) e o deputado federal comunista Inácio Arruda (PCdoB/CE) são autores da Proposta de Emenda Constitucional nº 75/03, que prevê a redução da jornada de trabalho sem perda salarial. Este artigo foi publicado originalmente no jornal O Globo, 1º de abril de 2004.

AMÉRICA LATINA

Dissensos e consensos em Lima

Cresce o apoio à iniciativa de Lula e Kirchner para a negociação conjunta com os organismos financeiros internacionais em busca do desenvolvimento

RONALDO CARMONA (*)

A luta por uma ordem econômica internacional nova e justa prossegue. Depois da êxito e inovadora experiência de aliança dos países em desenvolvimento contra entraves protecionistas dos países ricos, cujo ponto máximo se deu na reunião da OMC em Cancun, agora ganha corpo um novo movimento, cujo sentido de fundo é a reforma da arquitetura financeira internacional, atualmente restritiva ao desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, foi divulgada no começo de abril a "Carta de Lima", durante a 45ª Reunião Anual do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), na qual onze países latino-americanos (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) apoiaram a iniciativa de duas semanas atrás, onde os presidentes Lula e Nestor Kirchner assinaram a "ata de Copacabana", oficialmente denominada "Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade", com o objetivo de realizar uma abordagem conjunta nas negociações com os organismos internacionais de financiamento visando como principal objetivo garantir o crescimento econômico.

A Carta de Lima propõe "que sejam aperfeiçoados os critérios de contabilidade utilizados como parâmetro das metas de política fiscal", ou seja, que os organismos internacionais de financiamento (BID, BIRD e FMI, basicamente) revejam a "excessiva simplificação da atual contabilidade de gastos primários" para destravar investimentos, sobretudo em infraestrutura. O tema é essencial para a retomada do crescimento para o Brasil, amarrado a uma meta de 4,25% do PIB de superávit primário, e

toda a América Latina e países em desenvolvimento. Todos viram suas dívidas públicas explodirem nos anos recentes, com a relação dívida/PIB passando de 37% em 1997 para 51% em 2002, em média. Com isso, "não obstante a existência de oferta abundante de crédito internacional destinado ao setor público", os investimentos estão amarrados por metas fiscais elevadíssimas. Segundo a imprensa, a mudança liberaria de imediato cerca de 4 a 5 bilhões de dólares, apenas em recursos do BID que estão parados por falta de capacidade de investimento por parte dos países da região. No caso do Brasil, são 3 bilhões de dólares aprovados e parados, num contexto em que o orçamento da União prevê um pouco mais, cerca de 4 bilhões de dólares em investimentos para 2004. Noutro dado da carta, constata-se que "no ano de 2002, o BID conseguiu desembolsar apenas 60% de seu orçamento para projetos de investimento. Em 2003, esse percentual caiu para preocupantes 30%". Ou seja, os recursos não fluem pela insuficiente capacidade de endividamento por parte dos países tomadores de empréstimos.

A idéia-chave gestada em Copacabana e firmada em Lima é que os "investimentos e gastos correntes são fatos econômicos com impacto fiscal distinto, mas são hoje tratados como se tivessem impacto fiscal idêntico". Diante de que o ordotexo e impopular ministro peruano da Fazenda, Pedro Paulo Kuczynski, antes de recuar e assinar o documento, chegou a retrucar dizendo que "gasto é gasto". Refuta essa tese um importante preceito keynesiano-desenvolvimentista, no qual gastos públicos geram atividade econômica e



Kirchner, da Argentina, e Lula: reivindicações conjuntas

logo, mais arrecadação, melhorando a situação fiscal.

Como disse Guido Mantega, o ministro brasileiro do Planejamento, na reunião de Lima "atualmente, as limitações fiscais não permitem materializar projetos lucrativos de empresas estatais". A carta de Lima expressa a questão nos seguintes termos: "a restrição a empreendimentos com retorno econômico positivo deteriora estruturalmente" a situação fiscal. O decréscimo do PIB brasileiro em 2003, de 0,2%, deveu-se em grande medida à contenção dos gastos públicos. Sem grandes obras públicas, em áreas como saneamento, habitação, estradas, etc. a construção civil despencou e o desemprego disparou.

A proposta da Carta de Lima logrou, aparentemente, um diplomático consenso na reunião do BID. Mas, para além das aparências, tendências diversas demonstram que não é bem assim, pois na essência ela contraria o receituário neoclássico. Um exemplo: uma delegação do Banco Mundial em visita a Brasília, há poucos dias, manifestou apoio à mudança, mas enfatizou que o dinheiro a ser liberado com a operação deveria, além da infra-estrutura, para a "igualdade social e ambiental". Ou seja, trata-se de uma indevi-

da tentativa de monitoramento e auditoria de gastos a serem liberados com a operação e na imposição de conteúdos ideológicos preconizados pelo Banco. Exatamente o inverso do que pretende o Brasil, que busca maior autonomia na disposição dos gastos.

O Brasil poderia tomar a decisão soberana e unilateral de alterar a base contábil de cálculo do superávit primário. Mas evita isso pois, ao fazê-lo isoladamente, poderia passar uma subjetiva percepção de "calote" junto aos mercados. E com o atual nível de vulnerabilidade extrema da economia brasileira qualquer garoa pode transformar-se em forte tempestade. Daí ser uma prioridade econômica e diplomática do país efetivar essas mudanças e incrementar o investimento público.

O pleito dos latino-americanos é ainda mais justo quando se constata que, para os países ricos, os organismos de financiamento já permitem que a contabilização seja alocada de forma diferente, separando gastos de investimento. Hipocritamente, para os países em desenvolvimento essas mesmas regras não valem.

A histórica Lima, antiga capital do vice-reinado espanhol, assistiu a esse importante movimento dos países sufocados pelas políticas de ajustes preconizados por esses organismos financeiros. Afinal, segundo dados da Cepal enquanto ocorria o encontro, 44% da população de Lima vive abaixo da linha de pobreza e outros 20% na extrema miséria. Assim, destravar os investimentos produtivos converte-se em um desafio central para a retomada do desenvolvimento da América Latina. O próximo e decisivo embate já está marcado para o dia 22, na reunião anual conjunta entre o FMI e o Banco Mundial em Washington.

* da comissão de Relações Internacionais do PCdoB

Os países ricos já contabilizam de forma diferente gastos e investimentos.

Regras que, para os países pobres, não valem

ARGENTINA

Ganância dos capitalistas chega à Patagônia

E eles continuam de olho grande na Amazônia

LUIZ APARECIDO, DE BRASÍLIA

A Argentina corre o risco de perder a rica região da Patagônia, ao sul do País, em troca da dívida externa. Numa reunião com os credores internacionais, os japoneses, que detêm quase metade da dívida, com 88 bilhões de dólares em bônus nas mãos de 30 mil credores "samurais", sugeriram a venda da região para pagar essa monstruosa dívida, que ultrapassa 170 bilhões de dólares.

Uma região belíssima, rica em manganês, urânio, cobre, petróleo, gás e reserva de água potável, a Patagônia é alvo da cobiça não só dos japoneses mas também de gananciosos capitalistas dos Estados Unidos e da Europa. Seu território, de 785 mil metros quadrados e 600 mil habitantes, faz divisa com o Chile e sempre despertou a cobiça de europeus e norte-americanos.

Na reunião, na sede do Japan Bank for

International Cooperation, os japoneses sugeriram que os argentinos imitassem os russos no início do Século 20, quando venderam o Alasca aos EUA. E ainda tiveram a hipocrisia de afirmar seu interesse em preservar o meio ambiente da região, que estaria sendo ameaçado. Os argentinos desconversaram e se propuseram apagar a dívida entre 20 e 42 anos, a juros de 1% a 5% ao ano.

Proposta semelhante vem sendo ventilada há mais de duas décadas por credores norte-americanos e europeus, que querem colocar as mãos nas riquezas da Amazônia. No Brasil, outro alvo da cobiça é a plataforma da Base de Alcântara, no Maranhão, que os norte-americanos querem ocupar e transformar num território autônomo no Brasil, se não houver uma forte reação do governo, do Congresso e do povo brasileiro.

A estratégia de controle econômico e ter-

ritorial dos Estados Unidos passa por eixos de influência que abrange regiões do Plano Colômbia, Plano Puebla, no Panamá, a Iniciativa Andina e até a Tríplice Fronteira, com Brasil, Paraguai e Argentina, passando naturalmente pela vertente mais ambiciosa da Alca.

A italiana Benneton já possui mais de um milhão de hectares de terras na Argentina, a maior parte na Patagônia, para criação de ovelhas e produção de lã; a Oregon, norte-americana, planta pinheiros e introduz maquinaria moderna que causa desemprego e desequilíbrio ecológico. Na área andina de Pulmari, grandes extensões de terras estatais foram privatizadas, principalmente para empresas estrangeiras. Outras companhias estrangeiras

estão perfurando poços de petróleo e implantando minas por toda parte. Petróleo e gás são extraídos da Patagônia e abastecem as províncias industriais da Argentina e até o sul do Brasil. O lençol freático de boa parte da região já está contaminado e os animais nativos fogem ou perecem aos milhares.

As últimas eleições levaram à "Casa Rosada" o presidente Nestor Kirchner, que é natural da Patagônia, e faz eco às organizações dos povos patagônicos, reunidos numa Confederação que resistiu à ditadura militar e agora resiste à investida dos empresários,

banqueiros e capitalistas internacionais. A Confederação das Organizações Mapuche Neuquem, que representa cerca de 50 comunidades, denuncia a alguns anos que corporações norte-americanas, europeias e até mesmo brasileiras, compram grandes extensões de terras na região. Desde 1984, entidades da região lutam para obter mais autonomia na administração local e até propuseram a criação de um Parlamento local.

Credores japoneses querem que a Argentina venda a Patagônia para pagar a dívida externa

GDM
Centro de Documentação e Memória
Maurício Costas

É hora da juventude; vamos preparar a avenida!

O 12º Congresso da UJS buscará atingir 400 municípios, especialmente aqueles com mais de 100 mil habitantes, e vai enfatizar o voto a partir dos 16 anos

WALTER SORRENTINO* E RICARDO ABREU ALEMÃO**

O jornal **A Classe Operária**, em sua última edição, trouxe a convocação do 12º Congresso da UJS (União da Juventude Socialista), para junho deste ano, em Brasília. "Prepara uma avenida que a gente vai passar" é a consigna que ousa propor a mobilização de 50 mil filiados da mais combativa organização da juventude no Brasil. Com a tradicional irreverência, rebeldia, e com raízes na juventude brasileira, resgatando sua rica história de lutas, esse é um momento para pôr em ação política um contingente de força formidável para impulsionar as mudanças que o Brasil necessita.

O 12º Congresso da UJS se realiza no

O PCdoB chama todo seu efetivo jovem para o Congresso. E espera o apoio das direções, em todos os níveis

seio de um processo de lutas políticas e sociais, vai abrir a UJS para um arco mais amplo de jovens, procurando atingir 400 municípios do país, com prioridade para aqueles com mais de 100 mil habitantes. Convocará a juventude ao alistamento para o voto, a partir dos 16 anos, e dotará a UJS de uma plataforma ofensiva de luta e organização.

O PCdoB, que apóia e dirige o esforço da UJS, tem neste momento um papel de relevo, e chama todo o seu efetivo jovem para participar ativamente da preparação e sucesso do Congresso. As direções, em qualquer nível, são chamadas a apoiar a mobilização materialmente e com quadros experientes.

O PCdoB precisa adequar as formas de engajar a militância jovem nas lutas que se travam, em especial no esforço eleitoral, já que no mesmo período se desenvolvem as Conferências eleitorais, que não prescindem da participação dos jovens comunistas. É hora então de um esforço especial para incorporá-los a assembleias de base em cada local de atuação, ou, quando estas não existirem, convocá-los às plenárias de militantes. Esta é uma responsabilidade dos Comitês Municipais e Estaduais, não apenas atribuição dos próprios jovens. E estes podem reforçar em muito as Conferências do PCdoB, em quantidade e qualidade participativa.

Além disso, refletindo as resoluções do 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, prossegue o esforço de filiações direcionado à juventude, fortalecendo também as fileiras do PCdoB com uma multidão de

novos jovens, força vital da transformação e também da maior estruturação do Partido. Uma edição especial do jornal **A Classe Operária** será preparada para isto. Outra iniciativa é debater as resoluções do Encontro com a militância comunista jovem, aprimorando as idéias dos dois trilhos, três eixos e duas mãos de direção de nosso trabalho. Por isso o esforço de incorporar esses novos integrantes do Partido ao esforço democrático de debate nas conferências de junho.

Enfim, lutar e organizar o Partido, notadamente entre a juventude, é uma das prioridades estratégicas do PCdoB. O 12º Congresso da UJS fornece uma oportunidade elevada, e põe à prova a seriedade das pretensões do Partido nesta esfera.

* Secretário de Organização do PCdoB

** Secretário de Movimentos de Massas do PCdoB

JUVENTUDE

A campanha pelo voto aos 16

FÁBIO PALÁCIO*

Como dizem as teses ao 12º Congresso da UJS, a campanha eleitoral é a principal iniciativa organizada da juventude socialista em 2004. A UJS atuará nas eleições deste ano reforçando as candidaturas democráticas e populares, compromissadas com o socialismo, com um novo modelo de desenvolvimento para nosso país e com sua plataforma para o 12º Congresso.

A campanha eleitoral da UJS inclui iniciativas distribuídas em várias fases. A primeira delas busca ampliar o alistamento eleitoral dos jovens de 16 e 17 anos. Essa fase da campanha ocorre paralelamente ao período inicial de mobilização para o Congresso — quando se realizam as assembleias de núcleo e a maioria dos congressos municipais. Nesse período, a juventude socialista vai abordar milhares de possíveis jovens eleitores e apresentar-lhes também as idéias e propostas discutidas no 12º Congresso.

Neste ano, o bordão pelo alistamento eleitoral aos 16 anos é "Pra mudar o mundo, comece votando em sua cidade!" Como em 2002, também agora a juventude pode jogar importante papel na definição das eleições municipais.

Voto aos 16: conquista da juventude, vitória da UJS

A UJS é pioneira no estímulo ao voto juvenil que é, ele próprio, resultado de seu esforço junto aos constituintes de 1988, luta vitoriosa que ficou marcada pelo bordão "Voto aos 16: conquista da juventude, vitória da UJS". Em 1989, a UJS levou milhares de jovens a alistar-se para votar nas eleições presidenciais de 89. Em termos proporcionais, as eleições daquele ano foram as que tiveram o maior número de eleitores abaixo de 18 anos, resultado da iniciativa da UJS. Em 2002, depois de um período de queda entre 1989 e 1998, dados do TSE indicam que o alistamento eleitoral de jovens abaixo de 18 anos voltou a crescer.

Voto juvenil e participação

Esses dados revelam que momentos a maior ou menor efervescência do debate político se reflete no interesse juvenil pelo voto. Sob FHC houve grande exclusão política, não corresponde mais à realidade que vivenciamos hoje. Com o ambiente de maior democracia e participação, a campanha pelo voto aos 16 pode conscientizar milhares pelo país afora, ampliando o número de jovens eleitores. A maré está favorável a nós: dados da Fundação Perseu Abramo e do Projeto Juventude indicam que, de 1999 para cá, cresceu em 14% o número de jovens de regiões metropolitanas que acreditam que o Brasil vai melhorar. Também aumentou o número desses mesmos jovens que acreditam que é possível mudar o mundo. Todo esse otimismo juvenil pode ser convertido em força política através do voto.

A campanha "Pra mudar o mundo, comece votando em sua cidade!" vai até 5 de maio, quando se encerra o prazo para o alistamento eleitoral. A UJS de cada estado deve traçar uma meta de jovens eleitores a alcançar. Nessa fase as Direções Estaduais estão procurando os TRE's para articular diversas iniciativas. Merecem destaque os estados do RS e de SC, que firmaram parcerias com os respectivos TRE's e já estão com suas campanhas na rua. Durante a campanha pelo voto aos 16, os jovens se alistam são cadastrados para contato futuro, durante a segunda fase da campanha, que vai de maio até outubro. Na ocasião, a UJS entrará em contato com esses jovens eleitores, em busca de novas adesões às campanhas dos candidatos que apoiamos. Essa será a fase da disputa e do convencimento, na qual tentaremos conquistar o voto e a militância da pessoa para a UJS. A íntegra do manifesto da campanha pelo voto aos 16 está no sítio www.ujs.org.br.

* Diretor de Comunicação da UJS

ENSINO SUPERIOR

O 18º Congresso da ANPG

LUCIANO REZENDE*

Contando com a participação de 25 Associações de Pós-Graduandos de diversas Universidades e Instituições de Pesquisa do Brasil (contemplando todas as regiões do país) e cerca de 100 delegados inscritos, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) realizou, entre 18 e 21 de março, seu 18º Congresso, que aprovou o novo estatuto da entidade e deliberou sobre suas lutas para o próximo período; os posicionamentos da Associação referentes à conjuntura política nacional e internacional; ciência & tecnologia, educação, Reforma Universitária; e sobre o Movimento Nacional de Pós-Graduandos. Analisou também a atual política científica e educacional brasileira, sendo o MCT e o CNPq, na visão da maioria dos presentes, merecedores de avaliações positivas devido à valorização da pós-graduação e ao combate às desigualdades científicas regionais. Durante o congresso, a CAPES fez um anúncio importante: o reajuste retroativo, em 18%, das bolsas de formação (mestrado e doutorado).

A UJS destacou-se no evento, com o movimento "Mais e Melhores Conquistas", com propostas claras em defesa da unidade

do movimento para consolidar a ANPG no cenário político científico nacional, por sua independência face ao governo; participação na construção do IV Plano Nacional de Pós-Graduação; contra os mestrados profissionalizantes e a obrigatoriedade do Estágio Docência; mais e melhores bolsas, valorizando a pós-graduação nacional; política de emprego e absorção de recém mestres e doutores; maior equilíbrio entre ciências básica e aplicada; descontingenciamento imediato dos recursos dos Fundos Setoriais.

A diretoria da ANPG eleita no Congresso contempla todas as regiões do país e aglutina forças políticas importantes presentes nos movimentos sociais e estudantis de nosso país. A atual direção executiva é composta pela UJS, Articulação de Esquerda do PT (que indicou o vice-presidente da entidade) e independentes. A UJS reelegeu para mais um ano e meio à frente da ANPG, o mestre e pós-graduando em entomologia pela Universidade Federal de Viçosa, Luciano Rezende Moreira, coordenador-geral da entidade.

* presidente da ANPG



Reserve já o seu!

O livrete difunde as resoluções e intervenções especiais do Encontro Nacional realizado recentemente em Brasília. Tem por público alvo, em especial, as direções intermediárias.

R\$ 1,00, 80 páginas, pedidos para a Comissão de Organização, alameda Sarutaiá, 185, Jardim Paulista, CEP 01403-010.

Os pedidos devem ser feitos nos Comitês Estaduais

Um partido para um novo tempo

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Por um novo modelo sindical progressista

Avaliação da CSC sobre a reforma sindical proposta pelo FNT – ela tem aspectos positivos e outros negativos

A Coordenação Executiva da Corrente Sindical Classista (CSC) esteve reunida por duas vezes em São Paulo para analisar a proposta de reforma sindical aprovada no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e que servirá de base à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que o governo Lula vai encaminhar ao Congresso Nacional, provavelmente ainda no primeiro semestre de 2004. As opiniões dos dirigentes classistas, ainda preliminares e formuladas com base no “Relatório final da Comissão de Sistematização do FNT” recentemente concluído e divulgado, são as seguintes:

A CSC entende que a reforma proposta por consenso no interior do FNT (que reúne representantes do trabalho, do capital, do governo e da chamada sociedade civil) tem aspectos positivos e negativos. Pode representar um significativo avanço para o movimento social brasileiro, se nosso critério de julgamento for a luta pelo fortalecimento da organização sindical tendo por perspectiva a defesa dos interesses imediatos e futuros da classe trabalhadora, da democracia e de um sindicalismo classista no contexto de um novo projeto nacional de desenvolvimento, fundamentado na afirmação da soberania e valorização do trabalho. Todavia, sob muitos aspectos a proposta deixa a desejar, revelando a prevalência de concepções que, por um lado, são liberais e pluralistas em relação ao novo modelo sindical, negociação coletiva e sistema de composição de conflitos e, por outro, excessivamente regulamentadoras e restritivas na definição de serviços essenciais e direito de greve.

Necessidade de ajustes

A reforma revela, em alguns aspectos um viés liberal. Isto se verifica, por exemplo, na medida em que não admite a possibilidade dos novos sindicatos que vierem a ser criados após a instituição do novo modelo sindical optarem pela exclusividade de representação da base (unicidade) e estende a chamada representação derivada das centrais aos sindicatos (quando devia ficar restrita às confederações e federações), em contraposição à representatividade real, demonstrável através de índices mínimos de sindicalização e que exige um trabalho permanente de mobilização e conscientização das bases. A figura do árbitro privado e a distinção entre direitos negociáveis e inegociáveis abririam uma larga e acidentada estrada à flexibilização de direitos.

Também cabe ressaltar como avanços significativos da proposta os seguintes pontos: ■ Criação do Comitê Sindical de Empresa, eleito pelas bases nos locais de trabalho, com estabilidade para todos os seus membros. Historicamente, o movimento sindical brasileiro, com raras e honrosas exceções, é pouco enraizado nas bases. A instituição de comitês sindicais em todas as empresas e nos diferentes setores e ramos da economia nacional tende a provocar uma grande reviravolta neste terreno, contribuindo para fortalecer a luta classista, sacudindo o imobilismo, o burocratismo, o peleguismo e outros vícios do sindicalismo brasileiro. Ainda não foram definidos os critérios que vão estabelecer a proporção do número de trabalhadores na base por representante no comitê, estabilidade e outros detalhes. A CSC deve ficar atenta ao debate sobre o tema, pois a contradição entre capital e trabalho no caso é particularmente exacerbada; ■ Sindicato por ramo de atividade. Originalmente proposta pela CSC, a extensão da representação sindical aos ramos de atividade fortalecerá a organização sindical, tende a propiciar fusões e unificações de bases e, conseqüentemente, a ampliação da unidade classista para a luta. A ampliação da representação

aos ramos permite que todos os trabalhadores de uma mesma empresa, inclusive os terceirizados, possam ser sócios de um só sindicato. O sindicato por ramo também responde às mudanças objetivas ocorridas no processo produtivo e organizacional das empresas, marcadas pela crescente horizontalidade das unidades produtivas. É preciso acompanhar com atenção a definição dos ramos de atividade; ■ Reconhecimento das Centrais Sindicais e suas estruturas, concedendo-lhes poder negocial. As centrais representam, por definição, o conjunto da classe trabalhadora e será um avanço que sejam consideradas como as organizações máximas da nova organização sindical, que terá por alicerce o Comitê Sindical de Empresa; ■ Estabelecimento de critérios de representatividade para o reconhecimento de sindicatos, federações, confederações e centrais, coibindo a existência dos chamados sindicatos cartoriais e o tradicional peleguismo, que sobrevivem com poucos sócios e reduzida representatividade na base. Sem dúvida, tudo isto tende a reforçar a democracia no movimento sindical brasileiro; ■ Unicidade (exclusividade de representação do Sindicato) condicionada à aprovação, em assembleia geral, de um estatuto com regras democráticas para as gestões e as eleições sindicais. A experiência indica que a unicidade sindical prevista na Constituição de 1988 deixou de favorecer a unidade e a democracia no movimento sindical na medida em que não está mais associada a um estatuto democrático, que foi extinto pelos constituintes em nome da liberdade e autonomia sindical. Com isto, diretorias de sindicatos como (por exemplo) a dos condutores de São Paulo instituíram, através de estatutos supostamente “livres e democráticos”, mandatos de cinco



anos e regras eleitorais autoritárias, que dão ampla e irrestrita margem a fraudes. Manobras parecidas foram feitas por dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano (no ABC Paulista) e em outras entidades pelo Brasil afora. Ninguém pleiteia a restauração do estatuto padrão, mas condicionar o direito à representação exclusiva das bases à aprovação de regras democráticas, através de assembleia geral da base, constitui um avanço muito relevante e um aperfeiçoamento da unicidade sindical, conforme a opinião predominante na Executiva da CSC; ■ Regulamentação em Lei e proibição das práticas anti-sindicais, a fim de garantir democracia nas empresas e liberdade aos dirigentes sindicais, aos sindicalizados e todos os trabalhadores da base; ■ Obrigatoriedade da Negociação Coletiva. A medida beneficiará especialmente o funcionalismo público, que até hoje não tem garantia de negociação coletiva. A proposta de organização deste setor (assim como dos trabalhadores rurais, portuários e marítimos) ficou para ser definida num prazo de 120 dias. A CSC vai acompanhar e participar ativamente deste processo; ■ Contribuição negocial: substituição do imposto sindical pela contribuição negocial, que deverá ser compulsória (o que ainda não está resolvido). A mudança favorece a democratização de destinação da contribuição, a mobilização (em detrimento do imobilismo) e a luta dos trabalhadores.

Será fundamental que os trabalhadores permaneçam alertas e acompanhem com atenção a tradução da proposta em projeto de Emenda Constitucional e sua tramitação no Congresso Nacional. Neste sentido, a CSC chama a atenção para as seguintes questões: definição do ramo de atividade e setor econômico; estatuto democrático; garantias e estabilidade para os dirigentes sindicais e membros dos comitês sindicais de empresa; definição de níveis de negociação.

São Paulo, 29 de Março de 2004 - Coordenação Executiva da Corrente Sindical Classista

VIOLÊNCIA

Atentado contra sindicalista em Itabuna/BA

Ameaças depois da greve de março

RICARDO CARVALHO E JORGE BARBOSA*

Às 2 horas da manhã de 29 de março, a diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul da Bahia (Sintratec) Núbia Batista Lima, funcionária da Trifil, foi abordada na garagem de sua residência por um indivíduo armado de faca, que a levou para um local deserto, nas proximidades de sua residência, situada no bairro Jardim Alamar. O marginal roubou, então, as chaves da sede do sindicato. “Não vou levar nada seu, só vou fazer aquilo que me mandaram, com você e com seus colegas de sindicato”, disse ele.

Tudo indica que é uma reação contra os sindicalistas depois da greve dos operários da Trifil, comandada pelo Sintratec, em 10 e 11 de março. Depois da paralisação, diretores do Sindicato foram ameaçados, sendo seguidos por pessoas estranhas, algumas

identificadas como policiais civis e outros como P2 (polícia secreta da PM).

Núbia já havia sido ameaçada e agredida verbalmente por um preposto da Trifil, Ricardo Lira, líder de portaria.

Com a ajuda de um vizinho, Núbia conseguiu desarmar o marginal. Ela foi medicada no Hospital de Base, com vários hematomas e escoriações, e está sujeita a intervenção cirúrgica.

A situação criou um clima de terror entre os sindicalistas e suas famílias; a direção do Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região declarou sua solidariedade para com Núbia e demais sindicalistas, exigindo a investigação e punição dos culpados.

* Ricardo Carvalho é diretor de documentação e memória da Fundação Maurício Grabois Itabuna/BA

FORMAÇÃO

Ciência, Dialética e História

A. SÉRGIO BARROSO

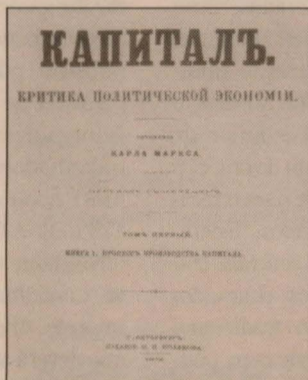
O Dr. Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), o gigante da filosofia dialética idealista, com a mesma tranqüilidade que dizia serem os jornais sua "oração da manhã", sequer piscava olho quando afirmava o caráter inteiramente científico de sua fecunda construção teórica; tampouco fazia rodeios sobre o assunto: "Prefácio do Sistema da Ciência", assim ele abria o quadro expositivo da sua formidável *Fenomenologia do Espírito* (1807).

Nesta obra — "difícilíssima" e que apenas registramos para uma analogia —, cuja profundidade provocou à época estupefação, Hegel arquitetava o desenvolvimento do pensamento científico como "estações do caminho em si", nas palavras do próprio. Ou seja, os estágios do pensar desfilam como figuras da consciência (do "espírito"), imediatas e sempre em mediações: vai-se das formas mais elementares da consciência, à consciência de si, à razão — simplificando aqui bastante a temática. Simultaneamente, ali ele explicita o significado que empresta à Totalidade, uma das categorias centrais da dialética: "O verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se cumpre através de sua evolução" (*G.W.F. Hegel - Prefácios*, M.J.C. Ferreira, 1990, p. 46).

Noutra obra famosa, esclarecedoramen-

te denominada *Ciência da Lógica* (1812), noto, num lembrete brevíssimo, que Hegel define o seu exuberante método também sem meias palavras: "Chamo dialética ao princípio movente do conceito, como não só dissolvendo as particularizações do universal, mas também produzindo-as" (Idem, p. 102).

Em "A Classe Operária" (24/3/2004), comentamos exatamente sobre a crítica do genial Engels à concepção de Hegel, onde as leis e categorias da dialética como que brotam de seu sofisticado pensamento; elas não são sistematizadas a partir do movimento do real, ou da perene dinâmica do mundo material.



1ª edição russa

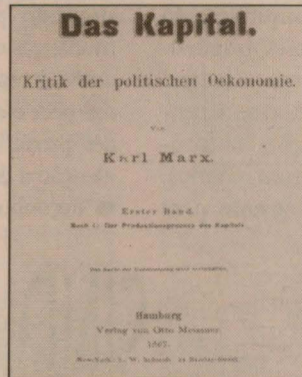
Ora, superando esse modo de filosofar, a doutrina de Marx, Engels e Lênin, se assenta, antes do mais, noutra método: do grego: *meth* (meta, fim) + *odos* (caminho, via). Desde aí — mas não só —, se trata da instrumentação teórica básica de uma nova Epistemologia (Teoria do Conhecimento ou ainda Gnosiologia). É precisamente o que afirma Marx, de maneira claríssima, acerca da distinção crucial entre a dialética materialista e o idealismo filosófico, por

mais brilhantemente dialético que ele seja, como o de Hegel.

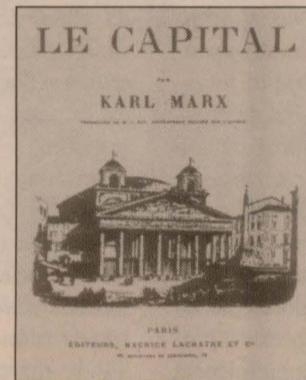
No posfácio à segunda edição alemã (1873) de *O Capital*, Marx faz questão de desfazer o nó: "O método dialético [ali utilizado] não só difere na sua base do método hegeliano como é mesmo o seu preciso oposto"; e, prosseguindo, "Para Hegel o movimento do pensamento, que personifica como idéia, é o demiurgo da realidade, a qual não passa da forma fenomenal da idéia". E conclui Marx a argumentação:

"Para mim, ao contrário, o movimento do pensamento não é senão o reflexo do movimento real, transposto e transferido para o cérebro do homem".

Claro, não há ciência, qualquer que seja ela, sem método, ou mesmo métodos. Daí, também a relação epistemológica concreta entre o método e o refazimento (ou não!) histórico das categorias. Estas, por sua vez, não devem ser compreendidas como simples conceitos que organizam o pensamento, mas como uma forma conceitual superior situada no próprio terreno epistemológico.



1ª edição alemã



1ª edição francesa

Desse modo — e bem ao contrário do esforço titânico que as ideologias reacionárias e obscurantistas fazem papagueando, sem ressalvas, o caráter "não científico" do marxismo —, não custa acrescentar: para o marxismo —, não custa acrescentar: para o marxismo, a dialética materialista possui, necessariamente, sentido histórico. Seu alcance é totalizante, que ultrapassa, retendo e incorporando numa nova unidade sistêmica, o já apropriado do real pela construção do pensamento dos humanos. Por isso, uma coisa é o entendimento da Dialética em Aristóteles: uma "lógica do provável"; outra, bem distinta é a de I. Kant: "uma lógica da aparência" (Cf. J. Barata-Moura, em *Totalidade e Contradição. Acerca da dialética*, 1977, p.p. 11 e 71).

Bem a propósito, como ensinou com impressionante didatismo Lênin, a abordagem marxista, significa "um ponto de vista científico, é não esquecer a conexão histórica fundamental, considerar cada questão do ponto de vista de como surgiu na história determinado fenômeno, quais são as etapas principais pelas quais passou este fenômeno no seu desenvolvimento, e, deste ponto de vista do seu desenvolvimento, ver em

que é que esta coisa se tornou agora". (*Sobre o Estado — Conferência na Universidade Sverdlov*, 1919).

Abril vermelho no Ceará

Em abril estarão sendo organizados cursos por todo o país. O primeiro foi realizado no Ceará, entre os dias 1 e 4 de abril, e contou com a presença de 52 camaradas dos Estados do Ceará, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. O Comitê Estadual do Ceará decidiu que todos os integrantes da Comissão Política do CE e da Comissão Política do Comitê Municipal de Fortaleza deveriam fazer o curso.

Até o dia 18 de abril serão realizados cursos em São Paulo, Minas Gerais, Pará e Amazonas. Depois será a vez de Acre/Rondônia, Bahia/Alagoas e Goiás/Brasília/Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Uma grande parte dos professores regionais está sendo formada pela Escola Nacional e já participou dos dois primeiros cursos promovidos pela Comissão Nacional de Formação e Propaganda em julho de 2003 e fevereiro deste ano.

Os cursos regionais tratarão de dois

grandes temas: A crise do capitalismo e as alternativas para o Brasil e A transição brasileira atual. O programa geral, seguindo a linha traçada pela formação partidária nestes últimos anos, se voltará para o aprofundamento do conhecimento militante sobre a realidade brasileira em seus múltiplos aspectos — econômico, social, político e cultural — utilizando para isto o instrumental teórico mais avançado que dispomos: o marxismo. Uma fórmula que poderia ser sintetizada na consigna Marxismo+Brasil.

Não são cursos assentados em disciplinas — como os cursos panorâmicos de introdução e de aprofundamento da teoria marxista-leninista. São cursos temáticos e políticos nos quais o método e os conceitos servirão como chave para interpretação da rica e complexa realidade na qual atuam os comunistas brasileiros. Como nos ensinam os grandes revolucionários do nosso

tempo: somente a partir do conhecimento profundo da realidade é possível construir políticas justas e adequadas que permitam, dia a dia, ir construindo os caminhos que conduzirão à libertação de nossa pátria e do nosso povo.

Entre os temas tratados destaca-se o da transição. Este problema teórico — e político — adquiriu na última década uma importância fundamental para os comunistas brasileiros. Isto está ligado a sua tentativa de romper com uma visão estanque e antidialética do processo histórico que predominou durante anos no interior do movimento comunista. Ainda é pequena a elaboração teórico-conceitual sobre a transição no interior do marxismo-leninismo nacional e, principalmente, na sua aplicação ao estudo da história brasileira. Os cursos oferecem elementos que nos permitem começar a desvendar este enigma.

Ianni, tigre do pensamento

JOSÉ CARLOS RUY

Um câncer vitimou, dia 4 de abril, o professor Octávio Ianni. Marxista, nunca abandonou a luta de classes como perspectiva de análise e intervenção intelectual e política.

Ao encarar a escravidão como elemento central no processo de acumulação de capital — como os demais membros da chamada Escola de São Paulo, grupo formado pelos professores da USP sob influência de Florestan Fernandes —, denunciou a visão de uma escravidão dócil e amena e do Brasil como o paraíso das relações raciais e da harmonia entre as classes.

Após o golpe militar de 1964, foi cassado pelo AI-5, aposentado compulsoriamente e proibido de lecionar. Via o país diante de duas alternativas: a ditadura ou o socialismo, tese que defendeu em *O colapso do populismo no Brasil*, de 1968. Estudou a dominação imperialista (econômico, social, político, cultural), no contexto da guerra fria e da expansão do capitalismo norte-americano na América Latina, e a articulação íntima entre as elites latino-americanas e o imperialismo.

Em 1992, publicou *A sociedade global*, cujas teses retomou e aprofundou em *A era do globalismo*, de 1996. "O socialismo é um processo civilizatório que já faz parte da história das sociedades nacionais, bem como da sociedade mundial em formação", escreveu.

Realizou crítica severa, profunda e militante da destruição dos instrumentos de soberania da Nação brasileira ocorrida sob o governo Fernando Henrique Cardoso, denunciando o neoliberalismo e suas mazelas. E que o desenvolvimento econômico do país e à política econômica ortodoxa adotada.

Foi um tigre especial, que não perdeu as garras e encerrou a vida lutando.

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL A Classe Operária

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

PCdoB
Proletários de todos
os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

Cheque nominal

Dinheiro

Cartão de crédito OC OD VO/A

Nº.: _____

Validade: ____/____ (MÊS/ANO)

Vale postal nº. _____

Depósito em conta corrente
Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____

E-mail: _____

Profissão: _____

CEP: _____

UF: _____

Data de nasc.: ____/____/____

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaia, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

BIOGRAFIA

Eleanor Marx, a filha de *O Capital*

Ela era a filha predileta de Marx; foi militante socialista e infeliz no amor

ANA MARIA PRESTES RABELO*

Com maestria, a escritora goiana de Jaraguá, Maria José Silveira, nos leva, em poucas linhas, para dentro do clã dos Marx, onde somos apresentados a Eleanor, a menina que cresceu com *O Capital*. A experiente escritora soube contar de forma encantadora a esfuziante, porém trágica, história de Eleanor.

A caçula querida de Karl Marx, foi, das três filhas — Jenny, Laura, Eleanor — a única que teve papel destacado no movimento da classe operária. Foi também a única que se deixou influenciar pelo pai no quesito casamento, ao contrário de suas irmãs que se casaram com franceses anarquistas. Laura se casou com o francês Paul Lafargue e Jenny, com o também francês Charles Longuet. Sobre estes, segundo a autora, Marx desabafa a Engels: “Longuet, o último dos proudhonistas, e Lafargue, o último dos bakuninistas. Que o Diabo os leve!”

O excesso de cuidados de Mouro e Möhme — apelidos de Karl e Jenny Marx — para que a história não se repetisse com Eleanor, impediu que ela se casasse com seu primeiro amor, o francês, herói da Comuna de Paris, Lissagaray. Será, porém, a desafortunada união de Eleanor com o inglês, socialista e dramaturgo Edward Aveling que abreviará o ocaso da vida promissora desta líder socialista.

Eleanor teve uma formação nada ortodoxa, conhecendo mais de política e literatura do que qualquer adolescente de sua época. Teve o privilégio de ser a auxiliar do pai no manuseio de seus papéis, na correspondência e na organização do material de pesquisa. Além de viver em uma

casa que fervilhava em debates políticos, e onde os socialistas se reuniam, como na época da Comuna de Paris, ou para avaliar o desenvolvimento do movimento socialista.

A soma desta formação com uma intensa convicção da justeza da luta pelo socialismo, fizeram desta mulher uma militante e formuladora de fibra. Fundamental para a difusão das idéias socialistas no fim do século XIX. Seu cotidiano era regido pelas pesquisas no Salão de Leitura do Museu Britânico, a produção de artigos, aulas particulares, cursos e palestras. São de sua autoria os textos de divulgação do socialismo: *O inferno da fábrica* (1885), *A questão da mulher* (1886) e *O movimento da classe operária na América* (1888).

Aos poucos ela se tornou de grande importância para o movimento revolucionário internacional. Por seus contatos e proficiência em várias línguas, Eleanor foi uma peça chave em sua difusão, destacando-se no movimento de fundação da Segunda Internacional. É justamente neste momento que ela e o marido se desvinculam da

Federação Social Democrata e formam a Liga Socialista com o objetivo de divulgar o socialismo. Eleanor passa a contribuir regularmente para o jornal mensal da Liga e sua presença é obrigatória em reuniões e comícios. E conciliava o exercício da política com



Eleanor Marx

o prazer da prática da dramaturgia.

Eleanor era completamente envolvida com a organização do movimento dos trabalhadores. Caminhava pelas ruas de Londres com o forte sentimento de estar no centro do mundo operário, com os trabalhadores se organizando em sindicatos e associações. Principalmente após a Greve das Docas de 1889, em que houve um grande avanço no movimento e as ruas eram sacudidas com marchas, demonstrações e comícios. Houve ocasiões em que Eleanor falou para mais de 300 mil pessoas no Hide Park.

Em descompasso com a plenitude de sua realização na política, ela encontrou grandes obstáculos na vida pessoal e afetiva. Seu companheiro, Edward Aveling, pensava como ela, acumulava trabalhos como professor, tradutor, jornalista, orador e organizador político. E, como ela, era ator em um pequeno grupo amador. Com o tempo, revelou-se vaidoso e egoísta, transformando a relação dos dois em um conflito velado, com uma série de obstáculos à sua realização conjugal. Muitos dos preconceitos que ela mesma se impôs, ao mergulhar em seu infortúnio, estão presentes na vida de muitas mulheres até os dias de hoje.

A Eleanor, fortemente marcada pela educação de Marx e Engels, se impuseram as

fraquezas de caráter do companheiro. Acusado de malversações de fundos, empréstimos não pagos, envolvimento com outras mulheres, ele se aproveitava da relação para chantagens e aquisição de novas dívidas. A inquietude moral, a depressão e o fracasso amoroso, acabaram colocando em xeque o desenvolvimento das realizações políticas e da própria existência de Eleanor.

A luta pela emancipação da humanidade, através do socialismo, teve em Eleanor uma grande propulsora. É fantástico conhecer sua infância e sua juventude ao lado do pai, Karl Marx e do amigo Friedrich Engels. Perceber como as idéias destes revolucionários contribuíram na sua formação de forma sábia e sutil sem ensinamentos mas com a aprendizagem diária através da prática da crítica, do

desfrute da literatura e da convivência humanamente respeitosa.

O que chama a atenção ao livro não é a descrição dos infortúnios amorosos desta lutadora, mas a atualidade deste debate quando se trata do desenvolvimento pleno da realização política, profissional, cultural, social e afetiva feminina.

Frente às imposições de sucesso na sua condição de amante e companheira do homem. E é trágico conhecer que suas contribuições ao socialismo foram abreviadas pela implacável degradação da relação conjugal. À qual, a priori, ainda hoje todos estamos sujeitos, homens e mulheres.

*Mestranda em Ciência Política pela UFMG

Envolvida na luta operária, participou da fundação da II Internacional e chegou a falar, num comício em Londres, para mais de 300 mil pessoas

A paixão de Baco

O debate provocado pelo filme de Mel Gibson procura fundamentar-se no Evangelho. Mas que história é essa?

CARLOS POMPE

O filme *A paixão de Cristo*, produzido e dirigido por Mel Gibson, um épico ensanguentado sobre os últimos momentos do Nazareno, falado nas línguas mortas latim e aramaico, está lotando as salas de exibição e despertou a apreensão de judeus, que temem uma nova ofensiva anti-semita por serem responsabilizados pela execução de Jesus. Até mesmo Franco Zeffirelli, que dirigiu Gibson em *Hamlet* e ficou famoso por suas versões de *Romeu e Julieta* e *Jesus de Nazaré*, considerou essa obra um “retorno ao obscurantismo medieval cristão anti-hebraico”.

Pressionado, o diretor e co-autor do roteiro suprimiu as legendas de um diálogo citado em Mateus 27:25 (o povo judeu dizendo a Pilatos: “Que o sangue dele caia sobre nós e sobre os nossos filhos”), mas manteve a falação, em aramaico. Gibson, filho de um

cristão fundamentalista que nega a existência da perseguição aos judeus pelos nazistas e pai de uma noviça, só assiste missa em latim e não come carne nas sextas-feiras, seguindo antigos preceitos católicos. Inspirou-se nos escritos das freiras Anne Catherine Emmerich (1774-1824), que dizia sofrer as dores e sangramentos da crucificação todas as sextas, e de Maria Coronel Agreda (1602-1665).

O filme está tendo divulgação massiva, não só através de anúncios, mas inclusive sob a forma de notícias e reportagens nos veículos de maior penetração, e é apoiado por várias seitas cristãs e seus líderes. João Paulo II recebeu e abençoou no Vaticano o ator Jim Caviezel, que interpreta o Cristo, e assistiu à

película antes da estréia, em sessão exclusiva para o alto clero.

Causa assombro: ainda não assentou a poeira sobre a existência física ou não de Jesus, após virar pó a “vidência” de um baú milenar com uma inscrição que se referiria a um seu irmão (a inscrição era falsa).

Curiosamente, além de ser uma história em que todos sabem o final (o personagem principal morre), a paixão não é sequer uma exclusividade da crença cristã. Os primeiros autores dos Evangelhos e dos relatos sobre Jesus se inspiraram em vários mitos que, naqueles entonses, eram considerados verdadeiros. Pululavam na mitologia da época o nascimento imaculado, milagres, traição e morte na cruz. A crucificação, por exemplo, consta, dentre outras, das histórias de Attis, Adonis, Baco.

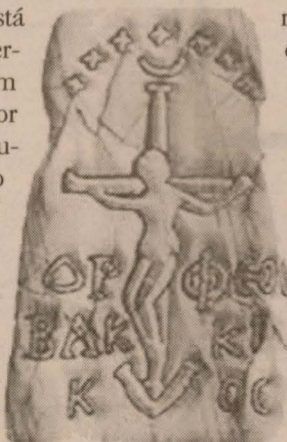
Baco (Dionísio, para os gregos) é o deus do vinho que, no cristianismo, transubstancia o sangue do mártir do Calvário. Foi um “Grande Nome de Deus”, e os primeiros relatos sobre sua existência ocorreram em Thrace, Grécia. Sua história chegou à região no tempo em que Homero escreveu sua *Ilíada*, por volta de 800 a.C. O sacerdote Orfeu retomou sua lenda nos anos 600 a.C. e ela chegou à Itália, Egito e Oriente Médio no período helênico, depois de 332 a.C.

Os relatos sobre as vidas de Baco e de Jesus têm pontos semelhantes. Baco era

representado com uma coroa de hera, vestido com um manto roxo e teve que beber fel antes da crucificação. Uma pintura num vaso grego do quinto século a.C. mostra uma comunhão sendo preparada. Um relevo de 200 a.C. o representa crucificado com a inscrição Orpheus Bakkus.

Na versão grega, Dionísio era filho do deus dos deuses, Zeus, com uma mortal, Sêmele. Tinha um pai de criação, Sileno. Penteu, rei de Tebas, o perseguiu por “sua pretensão de ter origem divina” e exigiu que renunciasse “a seu falso culto”, conforme relata Thomas Bulfinch no seu *A idade da fábula* (O livro de ouro da mitologia). Um dos companheiros de Baco foi preso (era o próprio Baco, disfarçado). Penteu, como Pilatos, mandou executá-lo, mas ele conseguiu escapar.

Outro relato dá conta que Dionísio-Zagreus morreu na luta contra os Titãs (filhos da Terra e do Céu, que surgiram do Caos), seu corpo foi cozido e comido. A partir de seu sagrado coração, que foi preservado e enterrado, Dionísio ressuscitou e ascendeu aos céus. Na Itália dos anos 400 a.C., acreditava-se que Baco poderia dar a vida eterna e divina aos seus adoradores. Os povos pastoris identificavam Baco com o cordeiro e ele foi chamado de Rei dos Reis, Único Filho, Herdeiro, Sumo e Redentor. Sem nome. Não confundir: este era Baco, filho de Zeus.



Orpheus Bakkus, 200 a.C.

CINEMA

Os códigos sob a pele das palavras

O projeto Brasil é poesia difunde versos pela internet. Há quem já faça isso, com brilho

MARTA ALVES

No mês passado, os poetas José Roberto Aguilera e Bic Prato e o professor de literatura da Universidade de Brasília, Ricardo Araújo, apresentaram ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, o projeto *Brasil é Poesia*, que os autores querem iniciar em 20 de outubro, quando se comemora o Dia dos Poetas. A idéia, segundo Aguilera, é motivar todas as pessoas para que façam um poema e o enviem para uma central de processamento, onde ele será incluído em um sítio de poesias, na internet.

Não é a primeira vez que a internet será usada para divulgar poesias. E, nesse universo onde as tecnologias da comunicação revolucionam a esfera cultural, a poesia é a arte que consegue transcender a comunicação usual pois não se sustenta apenas numa realidade comum ao emissor e ao receptor, mas envolve os construtores de idéias e outros profissionais, que atuam na retaguarda, viabilizando a divulgação e a propagação deste conhecimento.

A poesia existe há muito tempo — talvez desde que o homem existe. E, ao longo dos séculos, retrata sentimentos, alegrias e anseios humanos, revelando códigos que dormitam sob a pele das palavras. E, em cada época, tem uma concepção própria, e é difundida pelos meios técnicos disponíveis. Assim, é natural que, hoje, a internet seja um canal para a poesia. Como nos sítios referidos abaixo. Na rede, é grátis — nada se cobra, nada se paga. Aliás, cobramos e pagamos em moeda alta: o preço da alma, eterno tributo e resgate da Poesia.

LUÍS VAZ DE CAMÕES

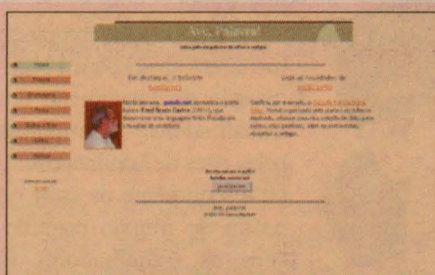
Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o Mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto:
Que não se muda já como soía.



www.avepalavra.kit.net

Ave, Palavras!

Este sítio foi concebido para ser a reunião na rede de boletins poéticos que circulavam, entre amigos, por correio eletrônico, criados pelo jornalista e poeta Carlos Machado, um baiano que se instalou em São Paulo no final da década de 1970. Como muitas das pessoas que recebiam aquelas as mensagens queriam saber onde encontrar os poemas, e cansado de dizer que os boletins só existiam por correio eletrônico, Carlos Machado resolveu dar-lhes uma existência menos provisória, colecionando-os em um sítio próprio, o *Ave, Palavras!*, espaço que recebe muitos textos em prosa e outras construções literárias. Nele pode ser encontrada a série completa de boletins eletrônicos elaborados para comemorar o centenário do poeta Carlos Drummond de Andrade, tornados públicos entre 4 de setembro e 4 de dezembro de 2002. Há, também, outra série, chamada Poesianet, onde Carlos Machado difunde poemas e textos explicativos (como na série sobre Drummond) de autores brasileiros e estrangeiros, novos e antigos, conhecidos ou não — o único critério para entrar na lista é a qualidade da elaboração poética. Os interessados podem se cadastrar para também receber os textos, semanalmente, por correio eletrônico.

RAINER MARIA RILKE

O poeta

Já te despedes de mim, Hora.
Teu golpe de asa é o meu açoite.
Só: da boca o que faço agora?
Que faço do dia, da noite?
Sem paz, sem amor, sem teto,
caminho pela vida afora.
Tudo aquilo em que ponho afeto
fica mais rico e me devora

Jornal de Poesia

Journalista Soares Feitosa, nas colendas de junho de 1996, navegava pela Internet à procura de poesia em língua portuguesa e encontrou um sítio muito interessante, o Portugalnet. No qual, dentre muita coisa boa referenciada, havia uma informação sobre uma biblioteca eletrônica, a Biblioteca do Alex, que disponibilizava 2.000 volumes prontos para serem lidos pelo computador. E uma informação: nenhum em português! Buscou por Castro Alves nos buscadores mundiais e brasileiros (Cadê e Yahih); ninguém sabia quem era. Também não sabiam de Camões. Nem Gonçalves Dias. Nem Augusto dos Anjos, nem de Jorge Lauten, poeta contemporâneo, uma voz distante num Timor Leste esmagado. Nem dos poetas negros da África negra de onde viemos. Foi nesse momento que surgiu o *Jornal de Poesia*, um sítio de língua portuguesa para o mundo. Assim foi, assim é.

Hoje, o *Jornal de Poesia* tem por finalidade principal divulgar, pela internet, a poesia de língua portuguesa. E que agora permite que se encontre, na rede, páginas de poetas consagrados, de Camões a Castro Alves. E, em especial, de poetas novos, inclusive aqueles que nunca tiveram a chance de publicar alguma coisa por vias convencionais. Há também artigos e ensaios sobre teoria poética e literatura de um modo geral.



www.secrel.com.br/jpoesia/end.html

LUÍS AUGUSTO CASSAS

Conversa com Formigas

madeira nos ombros
desprezo dos semelhantes
quedas na eternidade
todos carregam sua cruz



www.sobresites.com/poesia

Guia de Sítios de Poesia

O pernambucano Luiz Alberto Machado, residente há sete anos em Maceió, é o editor deste sítio que existe há dois anos, cujo objetivo é fornecer informações e dicas para acesso à poesia, ajudando a tornar a vida mais suportável. E na medida do possível, e até do impossível, traz sempre novas e novíssimas informações para todos. Como o poeta do mês, entrevistas, artigos, sítios temáticos, poesia visual brasileira, poemas, poesia de cordel, dicionário de folcloristas brasileiros, alguns blogs, revistas eletrônicas e uma seção "publique".

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

A verdade dividida

A porta da verdade estava aberta
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só conseguia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arreventaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia os seus fogos.
Era dividida em duas metades
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era perfeitamente bela.
E era preciso optar. Cada um optou
conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

